



Parecer sobre a proposta de plano de ordenamento do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros

3 Maio 2007

Apreciação geral

A proposta de Regulamento do Plano de Ordenamento do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros (POPNSAC) apresenta uma lacuna fundamental: é totalmente omissa no que respeita à Espeleologia. Aliás, a palavra “espeleologia” não aparece uma única vez na proposta de POPNSAC.

Esta omissão parece-nos espantosa, por vários motivos:

- O PNSAC foi criado fundamentalmente pelo seu património geológico, onde avulta a componente espeleológica, dado se tratar de um maciço cársico;
- Não é possível classificar património espeleológico sem primeiro o explorar – este é o domínio por excelência da Espeleologia;
- Os espeleólogos encontram-se há muitos anos entre os principais defensores das grutas. É seu direito e dever cívico continuar a intervir neste domínio, tal como é dever do Estado procurar a cooperação dos cidadãos, neste caso os representantes da comunidade espeleológica.

É igualmente omissa a actividade desportiva ou turística em grutas. Esta deveria ser apropriadamente designada “espeleísmo” e merecer uma menção específica, a par de outros desportos de natureza como o montanhismo, escalada, pedestrianismo ou hipismo. (nota: não faz sentido classificar o rappel como “desporto de natureza”; é, apenas, uma técnica de progressão em corda, entre outras, e nem sequer tem que ser praticada em meio natural).

Na linha de propostas anteriores, e sem prejuízo da classificação de certas grutas pelo PNSAC por motivos de protecção da natureza ou outros, a FPE entende que, por via de regra, **o acesso às grutas deve ser livre apenas para espeleólogos credenciados.**

Para serem reconhecidos, os espeleólogos devem ser sujeitos a formação pelo menos equivalente ao Nível II previsto no Regulamento da Comissão de Ensino da FPE. Uma vez que a FPE é a única entidade que efectua a credenciação de espeleólogos em Portugal, propomos que essa capacidade seja reconhecida no POPNSAC.



Propostas de emenda ao POPNSAC

Artº 4º – Definições:

- e) ...(retirar “rappel”, acrescentar “espeleísmo”)
- (novo) Espeleologia – estudo das cavernas, nas dimensões da exploração (no sentido de descoberta) e/ou da investigação científica;
- (novo) Espeleísmo – visita ao meio cavernícola com fins desportivos ou turísticos

Artº 25º – Sítios de especial interesse geológico, paleontológico e espeleológico ou de refúgio para a fauna

(novo) 6A. A classificação dos sítios de interesse espeleológico enquadra-se num dos seguintes regimes:

- a) Protecção – acesso condicionado a autorização prévia e/ou a condições específicas estabelecidas caso a caso pelo PNSAC;
- b) Concessão – acesso condicionado nos termos de contrato de concessão do domínio público;
- c) Escola – uso preferencial como centro de interpretação ou cavidade-escola, designadamente para cursos de espeleologia ou actividades de espeleísmo;
- d) Geral – quando não for objecto de outra classificação.

(novo) 6B. É obrigatória a inventariação exaustiva dos sítios de interesse espeleológico sujeitos aos regimes referidos nas alíneas (a), (b) e (c) do nº anterior.

(novo) 6C. A localização precisa do património espeleológico não é pública, apenas fazendo parte do registo público coordenadas com uma aproximação de 1 km; coordenadas precisas serão fornecidas apenas a entidades com interesse reconhecido, mediante pedido específico.

(alterado) 8. O acesso às cavidades cársticas incluídas nos regimes geral ou de concessão referidos no nº 6A, alíneas (d) e (b), é livre para espeleólogos credenciados, os quais assumem plena responsabilidade pelo cumprimento do Código de Ética Espeleológica e pelas normas de segurança e salvaguarda ambiental aplicáveis.

(novo) 9. A credenciação de espeleólogos é demonstrada através do cartão de espeleólogo federado, emitido pela Federação Portuguesa de Espeleologia.

Lisboa, 3 de Maio de 2007

Manuel Sousa Freire
Presidente da FPE